

Malan admite novo ajuste fiscal

Governo fará programa em outubro, com alcance até 2001

Gustavo Franco critica políticos que não equilibram as contas públicas

Montevidéu/Porto Alegre - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que o governo não pretende tomar nenhuma medida "de fundo" contra o déficit público até outubro. "Depois de outubro, vamos elaborar um programa fiscal, que não é um pacote, com alcance pelo menos de 1999 a 2001, e que garanta crescimento da superávit primário e estabilização da dívida consolidada em relação ao PIB", afirmou o ministro.

Ele não quis anunciar as bases deste programa. Malan afirmou que o programa fiscal deve contemplar soluções para os próximos meses e anos, ou seja, não será um programa visando o curto prazo. Este programa levará em conta a continuidade do processo de privatização, a implementação dos acordos de renegociação das dívidas dos estados e a insistência no aumento da eficiência dos gastos públicos.

Segundo o ministro, não é necessário estabelecer metas mais rigorosas para o controle dos gastos públicos. "O que estabelece confiança dos mercados é a percepção da direção da política eco-



Reuters

MINISTRO nega pacote, mas anuncia combate ao déficit

nômica do governo", afirmou. "Quero deixar bem claro que tudo isso depende da decisão da maioria do povo brasileiro, que escolherá legitimamente o próximo presidente da República".

Juros

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, criticou ontem, em Porto Alegre, a classe política, que - segundo ele - não tem consciência da necessidade do equilíbrio das contas públicas para redução dos juros. Ele alertou que essa situação vai sobrecarregar nossos "filhos e netos" e que os políticos acham que esse equilíbrio das contas públicas "é coisa de economista". Franco disse que a redução dos juros é uma vontade do País e que

o Banco Central estabelece determinado nível de juros não porque queira, mas por ser a única coisa a ser feita diante da âncora monetária e do déficit público.

Quanto à reclamação do presidente Fernando Henrique dos altos juros cobrados por bancos e lojas, Gustavo Franco disse que os comerciantes e banqueiros alegam que há muita inadimplência e que os juros são altos. "O Banco Central está puxando os juros para baixo, gradualmente, mas entre o juro básico e os juros de ponta (das lojas e bancos) existem algumas obrigações ainda mantidas como os compulsórios e a tributação em excesso, que servem exatamente para financiar o déficit público", frisou Gustavo Franco.